



CLIPPING INTERNET
02/05/2021 ATÉ 02/05/2021



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DO WALISON.....	1
	1.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
	1.3 SITE O MARANHENSE.....	3 4
2	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1 SITE IMIRANTE.COM.....	5
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	6
	3.2 BLOG ZECA SOARES.....	7
4	PLANTÃO NO TJMA	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	8
5	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	9
6	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	6.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	10
	6.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	11

Famem discute parceria para campanha de prevenção às drogas no Maranhão

Campanha de prevenção às drogas.

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) iniciou, na tarde desta quarta-feira (28), tratativas visando a assinatura de termo de apoio e adesão à Campanha de Prevenção às Drogas no Maranhão, intitulada “Semeando Vidas: da infância pra Vida toda, porque droga mata!”.

Realizada pela Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (Asfujema), a campanha envolve diversas instituições, como Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público estadual, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Associação dos Magistrados, entre outras, e tem como objetivo realizar palestras sobre drogas e drogadição para jovens, estudantes, profissionais de educação e saúde, gestores municipais, lideranças comunitárias, assistentes sociais, entre outros, de todo o estado.

O presidente da Asfujema, Carlindo Barros Chaves Filho, destacou a importância da parceria com a Famem para a o desenvolvimento da campanha. “Tendo em vista seu caráter assistencial, bem como a capacidade que a Famem tem de integrar todos os municípios, além de ter em seu corpo, uma estrutura administrativa organizada e pessoal capacitado, é de suma importância essa parceria, para o pleno êxito do nosso projeto”, enfatizou.

Representando o presidente Erlanio Xavier, o secretário-geral e prefeito de São Bernardo, João Igor, ressaltou que a Famem tem interesse em apoiar a iniciativa e ampliar o combate preventivo às drogas em todo o Maranhão.

“Essa parceria é de grande importância, uma vez que é um projeto que pretende abranger os municípios maranhenses levando orientações visando o combate preventivo às drogas, que é um problema que, infelizmente, está presente em todos os municípios do nosso estado. Então, a Famem vai continuar estreitando os laços com a Asfujema para que possamos levar esse projeto tão importante para mais municípios do Maranhão”, destacou.

Para o assistente de Relações Institucionais da Asfujema, Sandro Barbosa, o caráter mobilizador da Famem é fundamental para a ampliação do alcance da campanha. “Pela importância que a Famem tem hoje no estado, essa parceria vai permitir que a nossa campanha chegue a mais municípios do Maranhão, através da mobilização com os gestores para que estes venham a aderir ao projeto”, pontuou.

Participaram da reunião também o assistente de Relações Institucionais, Sandro Barbosa e o diretor de Esporte da Associação, Lindomar Queiroz, além do assessor e consultor jurídico da Famem, Ilan Kelson.

Fórum de Imperatriz recebe universitários em estágio

O Fórum de Imperatriz realizou, na tarde do dia 28 de abril, uma solenidade virtual de recepção para acolher e integrar 23 estudantes universitários dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social e Informática, que foram aprovados na seleção do Programa de Estágio do Poder Judiciário de 2021.

Durante a solenidade, os participantes do programa de estágio conheceram a missão, a visão e os valores que norteiam os trabalhos de magistrados e servidores; a estrutura organizacional da comarca e os direitos e deveres dos estagiários.

Os estudantes foram recepcionados pela diretora do fórum, juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia e pelo vice-diretor, juiz Adolfo Pires da Fonseca. A diretora do Fórum, Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, fez a abertura do evento e deu boas-vindas aos estagiários, destacando a importância do programa para a formação dos futuros profissionais e ressaltando a expansão do projeto, este ano, com a inclusão de alunos dos cursos de Informática, Serviço Social e Psicologia.

Servidores da comarca de cada área - cível, criminal, família, fazenda, juizado, infância e mulher - falaram sobre a competência de cada jurisdição, a distribuição de processos e dos desafios enfrentados na realização do trabalho. Após a apresentação dos servidores, a Coordenadora Administrativa do Fórum informou a lotação de cada estagiário e colocou a equipe da coordenação à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Ao final da solenidade, os juízes de Imperatriz foram informados dos nomes dos estagiários que passarão a trabalhar em suas unidades. Os contatos de e-mail e telefone dos estudantes também foram repassados aos secretários judiciais para as tratativas do início da prestação dos serviços.

INTEGRAÇÃO

Os estudantes de Direito serão distribuídos nas unidades judiciais pela diretoria do Fórum, após a análise do currículo, das experiências prévias do estagiário e da área de seu interesse. Um formulário eletrônico foi encaminhado ao contato telefônico do estagiário, com o objetivo de coletar informações que embasarão a decisão da lotação.

A orientação da diretoria do fórum é para que os estagiários auxiliem na análise e redação de documentos técnicos, a exemplo de despachos, decisões, relatórios, sentenças e outras tarefas.

Os primeiros estagiários foram selecionados no ano de 2009. E desde 2016 o fórum realiza um evento com o objetivo de recepcionar e integrar os estagiários às equipes de trabalhos existentes nas diversas unidades judiciais e administrativas do fórum. O programa de estágio tem o prazo de execução de um ano, prorrogável caso permaneça o vínculo do estudante com a faculdade.

Audiência discute prioridade na vacinação de pessoas com deficiência contra a Covid-19 no Maranhão

01/05/2021 00:00:00

Foi realizada, na última quinta-feira (29), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, audiência referente à Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, para que pessoas com deficiência sejam incluídas nos grupos prioritários para a aplicação das vacinas contra a Covid-19 no estado.

Na audiência de conciliação entre as partes, não houve acordo. Diante disso, o juiz Douglas de Melo Martins proferiu decisão liminar determinando que seja realizada uma reunião, no decorrer da próxima semana, pela Comissão Intergestores Bipartite do Maranhão (CIB-MA), para que os gestores do Estado e dos municípios definam como se dará a inclusão das pessoas com deficiência no cronograma de vacinação no estado.

O magistrado determinou ainda que, nesta reunião, deverão ser ouvidos o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Luís. Depois disso, após isso, ocorrerá uma próxima audiência no dia 13 de maio, às 9h.

A ação, ajuizada pelo defensor público Cosmo Sobral e provocada pelo Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CEPD), propõe que as pessoas com deficiência tenham prioridade na vacinação no mesmo grupo das pessoas com comorbidades. O requerimento foi feito tendo em vista que muitas pessoas com deficiência possuem comorbidades e impedimentos que levam ao maior risco de agravamento e morte pela infecção decorrente do coronavírus.

Imunização - Apesar dos riscos potencializados da Covid-19 para as pessoas com deficiência, tendo em vista que elas precisam estar em contato direto com superfícies e objetos constantemente e têm maior risco de hospitalização, este grupo pessoas ainda não tem acesso ao imunizante se não forem idosos.

A vacinação de parte dessas pessoas só começará a ocorrer a partir de nota técnica publicada pelo Ministério da Saúde, nesta semana, com as diretrizes da vacinação da Covid-19 para o grupo das comorbidades, o próximo a ser contemplado pelo Plano Nacional de Imunizações.

No documento, foi priorizada a vacinação para pessoas com Síndrome de Down de qualquer idade, devido a características intrínsecas da trissomia do cromossomo 21, possuem elevado risco para complicações pela Covid-19 bem como a expectativa de vida reduzida, e orienta-se que pessoas com deficiência permanente, de 55 a 59 anos, deverão estar cadastradas no programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para receber a dose do imunizante na próxima fase da vacinação.

Para os representantes de entidades de defesa das pessoas com deficiência, esse critério socioeconômico não foi utilizado para nenhum outro grupo já vacinado, o que fere o princípio básico do Sistema Único de Saúde (SUS) da universalidade. Assim, espera-se que a Comissão Intergestores Bipartite do Maranhão garanta a priorização na imunização de todas as pessoas com deficiência no estado. As informações são da Defensoria

Justiça reconhece validade de lei de Zé Inácio que obriga segurança 24h nas agências bancárias

Na última quarta-feira (28) foi proferida a decisão do Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Dr. Douglas Martins, que declara incidentalmente constitucional a Lei estadual nº 10.605/2017, de autoria do Deputado Zé Inácio (PT), que dispõe sobre contratação de vigilância armada para atuar 24 horas por dia nas agências bancárias públicas e privadas do Maranhão.

A referida lei já está em vigor desde 2017 e é necessária para garantir a proteção à vida, saúde e segurança dos consumidores de serviços bancários. O PROCON/MA tem atuado de forma eficaz para fiscalizar as agências e garantir o cumprimento da lei, mas as instituições bancárias insistem em desrespeitá-la.

“Mais uma vez exigimos que os bancos que atuam no Estado cumpram a Lei nº 10.605/2017 e garantam vigilância 24 horas em suas agências, respeitando os consumidores maranhenses. Desta forma garantimos a segurança dos usuários de serviços bancários e dos funcionários dos referidos estabelecimentos, além de assegurar oportunidade de trabalho à categoria dos vigilantes.”, afirma Zé Inácio.

Famem discute campanha de prevenção às drogas

Por Zeca Soares
2 de maio de 2021
Comente

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) iniciou, diálogo visando a assinatura de termo de apoio e adesão à Campanha de Prevenção às Drogas no Maranhão, intitulada “Semeando Vidas: da infância pra Vida toda, porque droga mata!”.

Realizada pela Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (Asfujema), a campanha envolve diversas instituições, como Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público estadual, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Associação dos Magistrados, entre outras e tem como objetivo realizar palestras sobre drogas e drogadição para jovens, estudantes, profissionais de educação e saúde, gestores municipais, lideranças comunitárias, assistentes sociais, entre outros, de todo o estado.

O presidente da Asfujema, Carlindo Barros Chaves Filho, destacou a importância da parceria com a Famem para a o desenvolvimento da campanha. “Tendo em vista seu caráter assistencial, bem como a capacidade que a Famem tem de integrar todos os municípios, além de ter em seu corpo, uma estrutura administrativa organizada e pessoal capacitado, é de suma importância essa parceria, para o pleno êxito do nosso projeto”, enfatizou.

Representando o presidente Erlanio Xavier, o secretário-geral e prefeito de São Bernardo, João Igor, ressaltou que a Famem tem interesse em apoiar a iniciativa e ampliar o combate preventivo às drogas em todo o Maranhão.

“Essa parceria é de grande importância, uma vez que é um projeto que pretende abranger os municípios maranhenses levando orientações visando o combate preventivo às drogas, que é um problema que, infelizmente, está presente em todos os municípios do nosso estado. Então, a Famem vai continuar estreitando os laços com a Asfujema para que possamos levar esse projeto tão importante para mais municípios do Maranhão”, destacou.

Para o assistente de Relações Institucionais da Asfujema, Sandro Barbosa, o caráter mobilizador da Famem é fundamental para a ampliação do alcance da campanha. “Pela importância que a Famem tem hoje no estado, essa parceria vai permitir que a nossa campanha chegue a mais municípios do Maranhão, através da mobilização com os gestores para que estes venham a aderir ao projeto”, pontuou.

Participaram da reunião também o assistente de Relações Institucionais, Sandro Barbosa e o diretor de Esporte da Associação, Lindomar Queiroz, além do assessor e consultor jurídico da Famem, Ilan Kelson.

Foragido da Justiça é preso pela polícia na Grande São Luís

De acordo com a Polícia Militar do Maranhão (PMMA), suspeito não retornou ao presídio após saída temporária de Natal.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA PMMA

02/05/2021 às 12h24

PAÇO DO LUMIAR - A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) prendeu, na noite desse sábado (1º), um foragido da Justiça, que não retornou ao presídio após a saída temporária de Natal. O suspeito foi preso na noite desse sábado (1º), no bairro Residencial Primavera, em Paço do Lumiar, na Região Metropolitana de São Luís.

De acordo com informações da PM, durante rondas da equipe do 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM) no Residencial Primavera, dois homens, em atitude suspeitas, foram abordados. Após consultas aos sistemas internos, foi constatado que havia um mandado de prisão em aberto, expedido pela 1ª Vara de Execuções Criminais da Capital, contra um dos suspeitos, identificado como 'Toupeira'.

A polícia informou que o suspeito recebeu voz de prisão e foi apresentado na Delegacia do Maiobão para as providências cabíveis.

Comarca de Imperatriz inscreverá para casamento comunitário virtual

Inscrições começam nesta segunda-feira, 3, pela internet, por meio de formulário online
02/05/2021 às 08h14

Comarca de Imperatriz inscreverá para casamento comunitário virtual

As inscrições dos casais poderão ser feitas a partir das 8h do dia 3 de maio, pela internet (Divulgação)
Imperatriz - Será realizada no dia 20 de junho, a partir das 8h30min, uma cerimônia de casamento comunitário virtual promovido pela 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz, com vagas para 100 casais. As inscrições dos casais interessados poderão ser feitas a partir das 8h do dia 3 de maio, pela internet, por meio de formulário online que será disponibilizado na data de início das inscrições.

A cerimônia foi autorizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) na Portaria 1597/2021, onde está explicado o passo-a-passo a ser seguido pelos noivos para realizar a inscrição corretamente. Os casais que desejam participar do Casamento Comunitário deverão preencher todos os requisitos previstos no formulário de inscrição virtual, e atestar a veracidade das informações prestadas.

É necessário que todos os campos do formulário de inscrição sejam preenchidos da mesma forma que consta no documento que será utilizado na inscrição, por meio de escaneamento/digitalização e ou foto, e que esses estejam legíveis para serem validados pelos cartórios. Caso contrário, a inscrição será rejeitada e a vaga disponibilizada para outro noivo.

O canal (link) para a realização das inscrições poderá ser encontrado nos endereços eletrônicos, na internet, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: (<https://www.tjma.jus.br/>); Corregedoria Geral de Justiça (<https://www.tjma.jus.br/site/cgj/>); Fórum da Comarca de Imperatriz - no Instagram (https://www.instagram.com/forum_itz/?r=nametag, facebook <https://www.facebook.com/forumcomarcadeimperatriz/?ti=as> e youtube <https://www.youtube.com/channel/UC4GVflR2pOg4t0-X4wjJnww> e TV Mirante (<https://imirante.com>).

Quando finalizar o fornecimento de todas as informações e documentos solicitados no preenchimento do formulário, a inscrição deverá ser finalizada clicando em "submit" (enviar). Os noivos devem aguardar o contato da 2ª Vara da Família para confirmação da participação no casamento comunitário. Após a realização da cerimônia, a Certidão de Casamento será enviada pelos Correios, e-mail e por meio de mensagem pelo aplicativo whatsapp para o celular cadastrado pelos noivos no formulário de inscrição.

Documentação

Os documentos necessários para inscrição dos noivos são os seguintes: certidão de nascimento (se solteiro); certidão de óbito do cônjuge falecido (para viúvos); certidão de casamento averbada em cartório (para divorciados); autorização dos pais se menor de 18 anos um dos nubentes; RG - frente e verso; CPF; comprovante de endereço; declaração de punho (escrito a mão) de aceitação de contrair matrimônio (assinatura igual documento de RG apresentado e pelos dois nubentes), contendo assinatura de duas testemunhas, fazendo constar em anexo número de RG das testemunhas; RG - frente e verso das suas testemunhas; e uma selfie dos noivos juntos, tirada no momento da finalização da inscrição.

Na portaria, o juiz Pires da Fonseca declara que o Casamento Comunitário, além da promoção dos direitos humanos, da proteção jurídica e da garantia dos direitos civis da família e sucessões, tem por objetivo “consolidar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, entendendo-a como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas”.

Proclamas

Devido ao interesse social na realização do casamento comunitário, não serão cobradas as taxas do procedimento de habilitação de casamento e será dispensada anotar-se à justificativa da dispensada a utilização de selo de fiscalização. Os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais devem solicitar o ressarcimento dos recursos ao FERC - Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão.

O Edital de Proclamas será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, sem custos para os noivos, e, em seguida, encaminhado ao juízo de família responsável pelo ato no prazo de 45 dias, a contar da data para publicação no DJE.

Judiciário de Coelho Neto suspende expediente com agravamento da pandemia

02/05/2021 06:06:00

O juiz de direito Paulo Brasil Teles de Menezes, diretor do Fórum da Comarca de Coelho Neto, suspendeu o expediente forense presencial na comarca, no período de 30 de abril e 7 de maio.

A suspensão do expediente forense foi comunicada na Portaria nº 1615/2021, de 30 de abril, assinada pelo juiz da 1ª Vara. A medida entra em vigor na data de sua publicação no Diário de Justiça Eletrônico.

Conforme a portaria, os prazos processuais ficam prorrogados para o primeiro dia útil seguinte aos prazos que vencerem nos dias de suspensão do expediente.

A medida foi determinada após a emissão do Decreto Municipal nº 022/2021, que estabeleceu medidas temporárias preventivas e restritivas contra a contaminação pelo coronavírus, no âmbito do município de Coelho Neto.

Expediente no Fórum de Pinheiro segue suspenso até 14 de maio

02/05/2021 05:05:00

O Poder Judiciário da Comarca de Pinheiro editou Portaria na qual prorroga a suspensão do expediente forense até o dia 14 de maio. O documento, assinado pelo juiz Carlos Alberto Matos Brito, leva em consideração as obras realizadas pela Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, que consistem na continuidade e finalização dos serviços de engenharia e manutenção no prédio que abriga o fórum. Carlos Alberto Matos é titular da 3ª Vara e diretor substituto do Fórum de Pinheiro.

O magistrado cita que a sugestão de suspensão do expediente foi dada pelo Chefe da Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão via Ofício. Ressalta, ainda, que os transtornos ocasionados com a reforma impedem o regular funcionamento da prestação jurisdicional, bem como a necessidade de preservação da saúde dos servidores públicos, advogados, partes e demais pessoas que transitam pelo recinto.

"Há de se considerar, também, a necessidade de se resguardar a integridade dos bens públicos e dos processos judiciais que se encontram no fórum e, ainda, a otimização do tempo gasto com a reforma predial, bem como a impossibilidade de realização da mesma em ambiente lotado de pessoas", explica o magistrado.

Desta forma, fica prorrogada a suspensão do expediente de todo o Fórum da Comarca de Pinheiro, no período de 30 de abril a 14 de maio de 2021, bem como os prazos processuais dos processos que tramitam em meio físico, não havendo atendimento ao público de modo geral e realização de audiências presenciais, ocorrendo apenas o funcionamento remoto.

PLANTÃO

"Durante o período da suspensão, o Fórum da Comarca de Pinheiro funcionará em regime de plantão, mediante escala de servidores, organizada pela Secretaria Judicial (...) Os prazos processuais que porventura devam iniciar-se ou encerrar-se no período acima ficam automaticamente prorrogados para o 1º dia útil posterior", observa a Portaria. O juiz frisa que os prazos dos processos judiciais e administrativos que tramitam em meio eletrônico permanecem inalterados.

"Os atos processuais que eventualmente não puderem ser praticados por meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática a ser apontada por qualquer dos envolvidos no ato, com a devida justificativa, serão certificados pela serventia e encaminhados para decisão fundamentada do magistrado (...) Fica ressalvado o atendimento dos casos urgentes, que serão apreciados pelo juiz titular da unidade atingidos pela reforma", determina a Portaria.

Desembargador Ricardo Duailibe é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

01/05/2021 20:01:00

O desembargador Ricardo Duailibe é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (30 de abril) até domingo (2 de maio), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Gianna Pereira Gedeon e Alyne Cruz Lopes Germano. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 3 a 9 de maio, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - a juíza Ana Maria Almeida Vieira (titular da 6ª Vara da Fazenda Pública de São Luís - 2º cargo) e o juiz Gilmar de Jesus Everton Vale (auxiliar de entrância final) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste fim de semana são as servidoras Flávia Fortes (6ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Maria das Graças de Souza (Juizado Cível e Criminal de São José de Ribamar).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

1º Vara da Infância de São Luís realizou 2.400 atendimentos remotos durante a pandemia

02/05/2021 10:10:00

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís produziu, em pouco mais de um ano de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), 1.231 despachos, 877 sentenças e 851 decisões e foram sentenciadas 45 adoções em suas diversas modalidades. Também realizou 2.400 atendimentos remotos, uma média de 10 por dia. O atendimento às partes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público ocorreu por meio do WhatsApp business, telegram, telefone e e-mail, assim como por videoconferência.

Desde março de 2020, a Secretaria Judicial disponibilizou atendimento remoto aos jurisdicionados, inicialmente, por WhatsApp business e, posteriormente, também por telegram. Os canais de atendimento da unidade judiciária são (98) 991732711 (WhatsApp/telegram), e-mail secinf1_slz@tjma.jus.br e, ainda, pelo balcão virtual, disponível no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, explica que a unidade, após a retomada das atividades presenciais, sempre pautada na segurança dos servidores/servidoras, magistrados/magistradas e usuários/usuárias, realizou as audiências exclusivamente por videoconferência. Conforme o magistrado, aos participantes que não possuíam recursos tecnológicos - equipamento ou acesso à internet - para ingressar no ambiente virtual foi disponibilizado um espaço isolado, na própria Vara da Infância, com computador e webcam para que pudessem ser utilizados pelas partes durante a audiência, com a supervisão de um servidor da unidade, garantindo assim o acesso à justiça para todos.

Durante a pandemia, a 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís manteve a expedição de autorizações de viagem, de forma remota e também presencial. No período de suspensão do atendimento presencial no Judiciário (plantão extraordinário), os atendimentos foram realizados mediante agendamento por telefone. Em 2020, foram expedidas quase 1.500 autorizações.

Quanto à adoção de crianças e adolescentes, de março do ano passado até agora, foram sentenciadas 45 adoções em suas diversas modalidades. São os casos de crianças em acolhimento institucional e adoções intuitu personae, que são aqueles casos de crianças que não vivem nessas instituições.